



EDITAL DE LICITAÇÃO

1ª REPUBLICAÇÃO

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME e EPP e ITEM EXCLUSIVO PARA ME e EPP

Modalidade: **PREGÃO Nº 083/2018**

Tipo: **PRESENCIAL**

Processo nº: **149/2018**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES EM VALORES CONSTANTES NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS, COMPLEMENTADOS PELOS VALORES CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL Nº 4526/2009.**

RECIBO

A Empresa _____ retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail _____ ou pelo fax: _____, e/ou endereço _____, CEP: _____

_____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

OBS: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CLS PELO E-MAIL: licitacaosaude2@gmail.com, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.



EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME e EPP e ITEM EXCLUSIVO PARA ME e EPP

PREGÃO PRESENCIAL N.º 083/2018

Processo n.º: **149/2018**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES EM VALORES CONSTANTES NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS, COMPLEMENTADOS PELOS VALORES CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL Nº 4526/2009.**

ÍNDICE

- 1 - DO PREÂMBULO**
- 2 - DO OBJETO**
- 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES**
- 5 - DO CREDENCIAMENTO**
- 6 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**
- 7 - DA HABILITAÇÃO**
- 8 - DA SESSÃO DO PREGÃO**
- 9 - DOS RECURSOS**
- 10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 11- DO CONTRATO**
- 12 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**
- 13 - DO PAGAMENTO**
- 14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - MEMORIAL DESCRITIVO**
- ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**
- ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO**
- ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**
- ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO**



EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME e EPP e ITEM EXCLUSIVO PARA ME e EPP

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 083/2018 - PROCESSO Nº: 149/2018

1 – DO PREÂMBULO

O Município de Araguari/MG torna público que, com base na Lei Federal n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão), na Lei Municipal n.º 3.794/2002, nos Decretos Municipais n.º 054/2002, aplicando subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Lei Complementar Federal n.º 147/2014, a Lei Municipal Geral MPE n.º 4.697/2010, alterada pela Lei Municipal n.º 5.680/2018 e o Decreto Municipal n.º 107/2013, com as alterações conferidas pelo Decreto Municipal n.º 034/2018, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, COM COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP e ITEM EXCLUSIVO PARA ME E EPP ESPECIALIZADA NO RAMO, NOS TERMOS DO ART. 48, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES EM VALORES CONSTANTES NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS, COMPLEMENTADOS PELOS VALORES CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL Nº 4526/2009**, mediante contrato, de acordo com o Edital de Pregão n.º 083/2018, devendo a proposta e documentação ser entregues no Departamento Administrativo de Licitações da Secretaria de Saúde à Rua Doutor Afrânio, n.º163, Salas 02/03 - Bairro Centro, na cidade de Araguari/MG, CEP: 38.440-072, no dia **14 de AGOSTO de 2018, até às 13:00 horas**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal, mediante o recolhimento da quantia de R\$5,00 (cinco reais), que deverá ser depositada na Conta n.º 33-0, Agência 0096, operação 006 - Poder Público, da Caixa Econômica Federal S/A, ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br. Mais informações, pelo telefone (0**34) 3690-3214.



1.2. O PREGÃO comportará VISITA DE VERIFICAÇÃO TÉCNICA por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari.

1.2.1. As disposições referentes à VISITA DE VERIFICAÇÃO TÉCNICA, conforme previsto no subitem 1.2 constam dos subitens 9.7, 9.7.1, 9.7.1.1, 9.7.1.2, deste EDITAL.

2 – DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES EM VALORES CONSTANTES NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS, COMPLEMENTADOS PELOS VALORES CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL Nº 4526/2009**, mediante Contrato, como descritos e especificados no Anexo I, deste instrumento convocatório, COM COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP e ITEM EXCLUSIVO PARA ME E EPP ESPECIALIZADA NO RAMO, NOS TERMOS DO ART. 48, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014.

COTAS DISTRIBUÍDAS, CONFORME ART. 48 DA LC 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LC 147/2014.

2.1- ITENS 31, 67 e 109 (Cota Principal) - item aberto para a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos deste edital;

2.2- ITEM 115, 116 e 117 (Cota Reservada) - aberto para a participação exclusiva de Microempresas - MEs, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEIs, que atendam aos requisitos deste edital, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal.

2.3 - ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113 e 114(Itens Exclusivos) – itens até R\$ 80.0000,00, destinados à participação exclusiva das Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal e na cota reservada.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas dos ramos pertinentes aos objetos especificados neste procedimento licitatório e que satisfaçam as condições e exigências contidas no presente edital.



3.1.1 - Consideram-se Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs) aptos à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos descritos no art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e do Decreto Federal n.º 8.538/2015, bem como que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no § 4º do referido art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

3.1.2 – Para fins de comprovação da condição de Micro ou Empresas de Pequeno Porte assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descritas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **as Licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada da junta comercial com data de emissão máxima de 90 (noventa) dias e/ou declaração contida no ANEXO IV deste Edital assinada pelo seu representante legal.**

3.1.3 - Para fins de comprovação da condição de Microempreendedor Individual (MEI), as licitantes deverão apresentar declaração contida no Anexo IV deste Edital e/ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, emitido pelo endereço eletrônico: <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/mei-microempreendedorindividual/ccmei>.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação:

I- os interessados que se encontrarem em falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

II- empresas estrangeiras que não funcionam no país;

III- empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

IV - as empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de sua fundação e autarquia, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.3 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório.

4 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

4.1.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues à Pregoeira,



na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
LOCAL: Rua Doutor Afrânio, nº 163, Bairro Centro, CEP: 38.440-072 - Araguari/MG
DATA: 14 de AGOSTO de 2018.
HORÁRIO: 13:00 horas

4.1.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÕES SMS/PMA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 083/2018
ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÕES SMS/PMA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 083/2018
ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:.....

4.2 – O Município de Araguari – MG, não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” que não sejam entregues a Pregoeira designada, no local, data e horário definidos neste Edital.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante legal que devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo por sua representada, com poderes para formular ofertas e lances de preços a menor e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se junto à Pregoeira, exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente.

5.1.1. Por credencial entende-se:

a) a habilitação do representante, mediante procuração com firma reconhecida (Anexo III) acompanhada de cópias autenticadas dos documentos das alíneas **b** ou **c** deste subitem;



b) sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, e da última alteração estatutária ou contratual (nos casos de alteração contratual consolidada basta apenas a última), no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

c) em se tratando de Empresa Individual, o Registro Comercial devidamente registrado na Junta Comercial competente; para as Sociedades Comerciais, o Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social e a última alteração em vigor), que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original, devidamente registrados e arquivados na repartição competente; em se tratando de Sociedades por Ações, o Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social e a última alteração em vigor) acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto, e cópia da certidão de arquivamento na repartição competente; para Sociedades Cívis, inscrição do Ato Constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício; em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. Cada representante legal poderá representar apenas uma única licitante.

5.2.1. A licitante, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após abertura do primeiro envelope “proposta” será considerada retardatária. Nesta hipótese admitir-se-á sua participação tão somente como ouvinte.

5.3. A licitante deverá apresentar, no ato da abertura da licitação, declaração expressa “de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste certame licitatório”. Modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial N.º 083/2018.

Data e local:

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

5.4. As licitantes que se enquadrarem na condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte, poderão fazer jus aos benefícios do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, devendo, para tanto, apresentar declaração conforme modelo previsto no Anexo IV, deste edital.



5.5. O documento de credenciamento, a declaração mencionada no subitem 5,3 e a declaração do Anexo IV deverão ser entregues separadamente dos envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação”.

5.6. O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser feito com a permissão expressa da Pregoeira.

6 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - A proposta comercial deverá ser datilografada ou impressa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo II, deste Edital.

6.2 - Deverão constar na proposta comercial:

I - a razão social, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa proponente;

II - os preços para realização do respectivo registro, que, para efeitos de preço unitário, poderão ser apresentados em até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

III - o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

IV - os prazos para fornecimento e, se for o caso, de garantia, conforme Termo de Referência contido no Anexo I do presente Edital;

V - Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação;

VI - Comprovação de que a licitante se enquadre nas situações de microempresa ou empresa de pequeno porte, para que possa fazer jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento).**

6.3 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções.

6.4 - Independentemente de a proposta ser julgada pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM(S) OU LOTE(S), a Pregoeira e equipe de apoio analisarão também os preços unitários propostos em relação aos preços unitários estimados de mercado apurado para o certame.



6.4.1 - Caso algum preço unitário proposto seja considerado acima da realidade praticada no mercado, a proposta será desclassificada, exceto se o representante legal da licitante participante alterar o(s) valor(es) para adequá-los à realidade praticada no mercado.

6.4.2 - As propostas apresentadas pelas licitantes poderão também ser consideradas inexecutáveis e desclassificadas, em conformidade com o disposto no art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.5 – A licitante poderá ainda juntamente com sua proposta escrita enviar uma mídia (CD ou Pen Drive) com planilha elaborada, disponibilizada juntamente com o edital no site da PMA: www.araguari.mg.gov.br, contendo nº CNPJ, marca e preços unitários dos produtos, nos termos do Anexo II.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada conforme artigo 32, da Lei nº 8.666/93, deverá ser apresentada obrigatoriamente:

I. em via original;

II. por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, devidamente autenticada por competente Tabelionato de Notas, por publicação em órgão da Imprensa Oficial e ou, ainda, por certificação do servidor da Administração Pública, mediante apresentação da via original;

7.1.1 - não serão autenticadas cópias durante o credenciamento dos representantes das licitantes ou durante a realização do pregão, nem pela Pregoeira nem pelos integrantes da equipe de apoio.

7.2. Da Habilitação Jurídica

7.2.1 A regularidade da habilitação do licitante será confirmada por meio da análise ainda dos seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados no envelope de habilitação, a saber:

I. Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento)**

II. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrados e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o



Estatuto, e cópia da Certidão de Arquivamento na repartição competente.
(desnecessário se já apresentado no credenciamento)

III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova da diretoria em exercício. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento)**

IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento)**.

7.3. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.3.1. A regularidade fiscal e trabalhista das licitantes será confirmada por meio da análise dos seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados no envelope de habilitação, a saber:

I. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda devidamente válida.

II. Prova de Inscrição no Cadastro dos Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

III. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal **(Portarias MF358, de 05/09/2014 e MF443, de 17/10/2014)**, Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei.

IV. Prova de regularidade junto ao FGTS (CRF), expedido pela CEF - Caixa Econômica Federal, demonstrando o cumprimento com os encargos sociais instituídos por lei.

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

7.4 – Da Qualificação Econômico-Financeira

7.4.1 - A regularidade da qualificação econômico-financeira das licitantes será confirmada por meio da análise de Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (antiga Concordata), expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, com emissão em prazo não superior 90 (noventa) dias da data prevista para a entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do art. 31 da Lei Federal n.º 8.666/93, a qual deverá ser apresentada no envelope de habilitação.



7.4.1.1 - A Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (antiga Concordata) deverá ser apresentada em via original ou em cópia autenticada por Tabelionatos de Notas.

7.5 – Da Qualificação Técnica

7.5.1 - A regularidade da qualificação técnica exigida das licitantes, a qual deverá ser apresentada no envelope de habilitação, será confirmada por meio da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

7.5.2 - Os atestados de Capacidade Técnica terão prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade.

7.6 – OUTROS DOCUMENTOS

7.6.1 - Apresentar cadastro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

7.6.2 - Alvará de Licença de Funcionamento e Alvará Sanitário vigentes, expedidos pelo órgão competente

7.7 - Juntamente com os documentos referidos nesta cláusula (cláusula 7- DA HABILITAÇÃO), serão apresentados para fins de habilitação as seguintes declarações:

I - Declaração da empresa, afirmando que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (modelo a seguir):

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

II - declaração, nos moldes do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de que a licitante não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93



(com redação dada pela Lei Federal n.º 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei (modelo a seguir):

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

7.7.1 - - O não atendimento ao previsto no item 7.7 ensejará a inabilitação da licitante.

7.8 - Os documentos provenientes da "Internet" terão sua autenticidade certificada junto aos "sites" dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

7.9 - A Microempresa - ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP e o Microempreendedor Individual - MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.9.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Microempresa (ME), a Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou o Microempreendedor Individual (MEI) for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas e/ou positivas com efeitos de certidão negativa.

7.9.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido aa Pregoeira.

7.9.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento de prorrogação apresentado nos 02 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

7.10 - Os documentos mencionados neste título (7 - DA HABILITAÇÃO) não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos.



8 – DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 – Após o horário determinado para a entrega dos envelopes, a Pregoeira declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

8.2 – Da Classificação das Propostas Comerciais

8.2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2.2 - A Pregoeira classificará o(s) autor(es) da(s) proposta(s) de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à(s) proposta(s) de menor preço, para participarem da etapa de lances verbais

8.2.3 - Se não houver no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no item 8.2.2, a Pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem da etapa de lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas inicialmente apresentadas.

8.3 – Dos Lances Verbais

8.3.1 - Aos proponentes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e, em sequência, dos demais licitantes em ordem decrescente de preços.

8.3.1.1 - **A proposta a ser apresentada na fase de lances verbais deverá ser, no mínimo, 1% (um por cento) inferior em relação ao menor preço por item apresentado para o objeto da licitação.**

8.3.1.2 - **Encerrada a etapa de lances verbais, a Pregoeira verificará se o preço da proposta final encontra-se em conformidade com o valor de referência obtido para o item, conforme se extrai do “Quadro Comparativo de Prévias” que instrui a solicitação.**

8.3.1.2.1 - **Entende-se por “valor de referência” o preço médio alcançado o item descrito no “Quadro Comparativo de Prévias”.**

8.3.1.3 - **Se o preço obtido na etapa de lances verbais estiver de acordo com o valor de referência, a Pregoeira o aceitará.**



8.3.1.4 - Caso o melhor preço apurado na etapa de lances esteja superior ao valor de referência, a Pregoeira divulgará o aludido valor ao licitante classificado em primeiro lugar, com quem negociará diretamente.

8.3.1.4.1 - A negociação será considerada exitosa se o preço obtido for menor ao “valor de referência”, hipótese em que a Pregoeira o declarará classificado para habilitação.

8.3.1.4.2 - Após a negociação, mantido o preço acima do “valor de referência” pelo licitante, a Pregoeira declarará o objeto desta licitação como fracassado.

8.3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público para definir a ordem de apresentação de propostas na etapa dos lances verbais.

8.3.3 - A desistência da licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão da proponente desta etapa e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.4 – Do Julgamento

8.4.1 - O critério de julgamento do presente procedimento licitatório será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

8.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas apresentadas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao(s) objeto(s) e valor(es), decidindo motivadamente a respeito.

8.4.2.1 - Ocorrendo empate, entendendo-se como tal aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) ou Microempreendedores Individuais (MEIs) sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) ao(s) melhor(es) preço(s) obtido(s) por item(ns), deverá a Pregoeira assim proceder:

I - a Microempresa (ME), a Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou o Microempreendedor Individual (MEI) considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término da etapa de lances verbais, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, o que deverá ser feito em até 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de preclusão;

II - a Microempresa (ME), a Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou o Microempreendedor Individual (MEI) indicado no inciso anterior que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada



vencedora do certame, desde que em tempo hábil, terá adjudicado em seu favor o(s) objeto(s) licitado(s);

III - não ocorrendo contratação de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou de Microempreendedor Individual (MEI), na forma dos incisos I e II deste item 8.4.2.1, serão convocados as Microempresas (MEs), as Empresas de Pequeno Porte (EPPs) ou os Microempreendedores Individuais (MEIs) remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

IV - no caso de equivalência de propostas apresentadas por Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) ou Microempreendedores Individuais (MEIs) que se encontrem no intervalo estabelecido nos incisos I e II deste item 8.4.2.1, será realizado sorteio entre os mesmos para que se determine aquele(a) que primeiro poderá apresentar proposta;

V - caso não haja Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) em situação de empate ou, ainda, existindo Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), mas não ocorra a apresentação de novo lance ou não seja atendidas as exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.

- Não se aplicará o critério previsto no subitem anterior para **os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116 e 177** considerando serem destinados exclusivamente ou com cota reservada para a participação das MEs/EPPs/MEIs.

- NA HIPÓTESE DE UMA ME/EPP/MEI SAGRAR-SE VENCEDORA DA COTA PRINCIPAL PARA O MESMO ITEM, SERÁ REGISTRADO PARA AMBAS AS COTAS APENAS O PREÇO MENOR, OU SEJA, É EXPRESSAMENTE VEDADO QUE O FORNECEDOR PRATIQUE PREÇOS DISTINTOS PARA O MESMO ITEM.

- CASO NÃO HAJA LICITANTES INTERESSADOS NOS ITENS RESERVADOS PARA MEs/EPPs/MEIs O LICITANTE VENCEDOR DA COTA PRINCIPAL, QUE TENHA APRESENTADO PROPOSTA PARA OS ITENS DA COTA RESERVADA, FICA OBRIGADO A FORNECER OS ITENS REFERENTES A COTA RESERVADA PELO MESMO VALOR OFERECIDO NA COTA PRINCIPAL.

* Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades previstas neste Edital;

8.4.2.2 - O disposto no item 8.4.2.1 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa (ME), Empresa de



Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI).

8.4.2.3 - Caso não seja realizada a etapa de lances verbais, será verificada a conformidade entre a(s) proposta(s) escrita(s) de menor preço e o(s) valor(es) estimado(s) para a contratação do(s) item(ns).

8.4.2.4 - Havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, poderá ela ser aceita pela Pregoeira.

8.4.2.5 - No caso das licitações exclusivas para Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs), ou de licitação para os itens exclusivos para Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs), quando não houver o comparecimento de nenhuma dessas, não ocorrerá o empate ficto legalmente estabelecido e, por consequente, não será aplicado o disposto nos incisos do subitem 8.4.2.1.

8.4.3 - Sendo aceitável(is) a(s) oferta(s) de menor preço, será(ão) aberto(s) o(s) envelope(s) contendo a documentação de habilitação da(s) licitante(s) que a(s) tiver(em) formulado, para confirmação da(s) sua(s) condição(ões) habilitatória(s).

8.4.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será(ão) declarada(s) a(s) licitante(s) vencedor(as), sendo-lhe(s) adjudicado o(s) objeto(s) deste Edital para o(s) qual(is) apresentou(aram) proposta(s) vencedora(s).

8.4.5 - Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação da licitante, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às condições do Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual tenha apresentado proposta.

8.4.6 - Apurada(s) a(s) melhor(es) proposta(s) que atenda(m) às condições do Edital, a Pregoeira deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

8.5 - Da sessão pública lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes que, ao final, será assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos proponentes.

8.6 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao Pregão sem qualquer manifestação, a Pregoeira devolverá às licitantes julgadas desclassificadas os respectivos envelopes "Documentação de Habilitação" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.



9 – DOS RECURSOS

9.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo da licitante recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais proponentes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3 - A falta de manifestação na sessão, imediata e motivada do proponente, importará a decadência do direito de apresentar recurso.

9.4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os proponentes via fax ou correio eletrônico.

9.7 – Da visita Técnica

9.7.1. Todos os licitantes declarados vencedores pela Pregoeira para os itens objeto desta licitação, estarão sujeitos à visita técnica conforme mencionado no Anexo I – Termo de Referência.

9.7.1.1. Item 3.2. do Termo de Referência: É também imprescindível para a contratação dos serviços, a prévia vistoria técnica às instalações do proponente, cuja realização deverá ser designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.7.1.2. Após visita técnica designada pela Secretaria Municipal de Saúde será emitido um parecer técnico, autorizando a contratação.

10 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 – Inexistindo manifestação recursal das licitantes, a Pregoeira adjudicará o(s) objeto(s) da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), com a posterior



homologação do resultado pela Autoridade Superior solicitante, conforme disposto no Decreto Municipal 107/2013.

10.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior, conforme disposto no Decreto Municipal n.º 107/2013, adjudicará o(s) objeto(s) à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório.

11- DO CONTRATO

11.1 - Escolhido o proponente vencedor, com resultado devidamente homologado, este será notificado a assinar o Contrato, nos termos da minuta Anexo IV, parte integrante deste Edital, devendo ser assinado e devolvido no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento do ofício convocatório.

11.1.1 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas na habilitação, para assinar o Contrato.

11.1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do Contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os Proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato.

11.2 - O Contrato terá sua vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, ou pela total absorção do objeto, prevalecendo o que ocorrer primeiro, sem prejuízo dos acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) ou supressões previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei 8.666/93, quando justificável a necessidade, nos termos da Lei. Podendo o mesmo ser prorrogado na forma da lei.

11.3 - Os preços dos produtos objeto do presente certame serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12(doze) meses.

11.4 - O Proponente vencedor deverá apresentar à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI-MG**, por ocasião da formalização do Contrato, cópia autenticada e atualizada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de Sociedade Anônima, documento de eleição de seus Administradores, ou no caso de Empresa Individual, o Registro Comercial. Tal providência somente deverá ser adotada no caso da ocorrência de alterações posteriores nos documentos aqui mencionados ocorridas após a data da apresentação dos envelopes.

11.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido no subitem 11.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor



estimado da licitação, atualizada monetariamente, pelo INPC, para a data do pagamento, que deverá ser feito no prazo de 10 (dez) dias.

11.6 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do Contrato, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

11.7 - Os serviços deverão ser executados de acordo com o **Termo de Referência (Anexo I), após a apresentação de solicitação ou empenho ou autorização de entrega emitida por quem de direito, sendo que cada ordem deverá conter a anuência do Sr. Secretário Municipal de Fazenda, conforme disciplinado no art. 2º, inciso III, do Decreto Municipal n.º 107/2013.**

12- DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - O contrato poderá ser rescindido pela Administração Contratante, a qualquer tempo, em conformidade com o disposto nos arts. 77, 78, 79 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.2 - A rescisão imediata do Contrato será cabível, além de outras hipóteses legais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de outras penalidades, quando a(s) licitante(s) contratada(s):

- I.** falir, for objeto de concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- II.** transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação;
- III.** deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais;
- IV.** desatender às determinações do servidor designado pela Administração Contratante, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato;
- V.** cometer, reiteradamente, faltas na execução do Contrato;
- VI.** For objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique o cumprimento do Contrato.

13 – DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Araguari – MG, à licitante contratada, em até no máximo 30 (trinta) dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal, Empenho, liberação por quem de direito.



13.2 - A despesa decorrente desta licitação correrá(ão) por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Solicitação	Conta	Fonte de Recurso	Ficha	Dotação
1810	624055-3	149	599	02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.39.00
1815	9.979-1	102	382	02.11.10.122.0002.2131.3.3.90.39.00

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução parcial ou total do Contrato, a Administração poderá aplicar, sempre por escrito, garantida a prévia defesa, a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, as seguintes sanções previstas nos termos do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93:

I - advertência, que será realizada por escrito;

II - multa, nos seguintes percentuais:

- 0,1% (um décimo por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.2 - O recolhimento da multa prevista no inciso II do subitem 14.1 deverá ser feito por meio de guia própria, à Secretaria, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua exigibilidade.

14.2.1 - A multa a que alude o inciso II do subitem 14.1 não impede que a Secretaria rescinda unilateralmente o Contrato e/ou aplique outras sanções previstas no instrumento convocatório ou no edital.

14.3 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.



14.4 - O Município de Araguari/MG é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e da legislação correlata, as penalidades de suspensão temporária e de impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, previstas nos incisos III e IV do item 14.1 do presente edital.

14.5 - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o(s) atraso(s) na(s) prestação(ões) do(s) serviço(s) for(em) devidamente justificado(s) pela licitante contratada e aceito pela Administração Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

14.6 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada a ampla defesa à Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

14.7 – Da Extensão Das Penalidades

14.7.1 - A sanção relativa à suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

I - retardarem a execução do Pregão;

II - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, ou;

III - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

15.2 - Será dada vista às licitantes interessadas em relação a todos os documentos constantes dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” apresentados na sessão.

15.3 - É facultado à Pregoeira ou à Secretária Municipal de Saúde do Município de Araguari – MG, em qualquer fase do julgamento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões a ser proferidas.



15.4 - É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do Pregão.

15.5 - É vedado à licitante vencedora subcontratar total ou parcialmente a(s) prestação(ões) de serviço(s) referente ao objeto deste Pregão.

15.6 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.7 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.8 - A reprodução deste edital tem um preço de R\$ 5,00 (cinco reais), para cobrir os custos com sua reprografia, e será fornecido mediante a apresentação do comprovante de depósito bancário, em nome da Prefeitura Municipal de Araguari/MG, na seguinte conta: **Caixa Econômica Federal S/A** - Agência: 0096 - Conta Corrente: 33-0, **ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br.**

15.9 - A fiscalização do Contrato ficará a cargo do servidor **Sr. Dermeval Martins Borges Junior ou outro servidor designado por este**, a fiscalização e recebimento das mercadorias e/ou serviços ficará a cargo da servidora **Sra. Vanessa Barbosa Andrade e Sra. Liliany Gama Machado**, para os itens do Termo de Referência (Anexo I), que, sem restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercerão a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

15.10 - Este Edital possui 05 (cinco) Anexos, a saber
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;
Anexo III – Modelo de Credenciamento;
Anexo IV – Modelo de declaração de condição de ME/EPP/MEI;
Anexo V – Minuta do Contrato.

15.11 - Os proponentes poderão se dirigir à Rua Doutor Afrânio, n.º 163, Centro, Araguari-MG, para protocolar aos cuidados da Pregoeira, pedidos para quaisquer esclarecimentos técnicos referentes ao objeto licitado ou apresentar impugnação ao edital, até 02 dias úteis antes da data determinada para a entrega dos envelopes.

15.12 - Informações complementares que visam obter mais esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Departamento Administrativo



de Licitações da Secretaria de Saúde, no horário de 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, pessoalmente ou pelo telefone: (0**34)3690-3214.

15.13 - Para os devidos fins de controle e informação, as empresas licitantes que retirarem o Edital pela rede mundial de computadores ("Internet") deverão enviar os dados cadastrais para o seguinte email: **licitacaosaude2@gmail.com**.

15.14 - O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.357.533,48 (Um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos)** referente à contratação do objeto descrito no Termo de Referência, cujos recursos correspondem à **Verba 149 (Transferência de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial) e 102(Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde)**, como a fonte pagadora que custeará a contratação dos serviços objeto da presente licitação.

Araguari/MG, 31 de julho de 2018.

Iara Cristina Borges
Secretária Municipal de Saúde

Rosana Aparecida Pereira Arcelino
Pregoeira



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL N.º. 083/2018** Processo n.º.: **149/2018**

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de procedimentos médicos hospitalares em valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, complementados pelos valores constantes na Lei Municipal N° 4526/2009.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica **especializada para prestação de serviços de procedimentos médicos hospitalares em valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, complementados pelos valores constantes na Lei Municipal N° 4526/2009.**

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem como justificativa atender às necessidades referentes ao atendimento dos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) encaminhados pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSFs), Policlínica e Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG, relativos aos procedimentos de ortopedia/traumatologia.

3. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

3.1. Como exigências imprescindíveis para a formalização e manutenção dos contratos, as empresas proponentes devem atender às seguintes condições:

- a) Estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- b) Comprovar aptidão de desenvolvimento das atividades (atestado de capacidade técnica), feita através de 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, da prestação dos serviços especificados;
- c) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Apresentar Alvará Sanitário vigente;

3.2. É também imprescindível para a contratação dos serviços, a prévia vistoria técnica às instalações do proponente, cuja realização deverá ser designada pela Secretaria Municipal de Saúde.



- 3.3. A distribuição dos serviços entre os contratados dar-se-á de acordo com as necessidades e interesses da Secretaria Municipal de Saúde.
- 3.4. Fica estabelecido que os contratados realizem todos os procedimentos elencados no Anexo I.
- 3.5. A contratada fica proibida de ceder ou transferir para terceiros a realização dos serviços e procedimentos e qualquer dos itens da tabela descrita em anexo.
- 3.6. A empresa contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem consentimento prévio e por escrito da Secretaria Municipal de Saúde.
- 3.7. A contratada deverá comunicar à contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.
- 3.8. A contratada deverá prestar os serviços conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari.
- 3.9. A contratada também deverá apresentar a produção mensal em arquivo digitalizado utilizando os Sistemas de Informação BPAMAG – Boletim de Produção Ambulatorial (Consolidado e Individualizado) e APAC – Autorização de Procedimento de Alta Complexidade Ambulatorial, que deverá ser entregue até a data limite estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde. As instalações dos Sistemas supracitados, assim como o treinamento para operação dos mesmos, serão realizadas pela equipe do CIPD da Secretaria Municipal de Saúde. Além disso, devem ser apresentadas planilhas com nome do paciente, procedimento realizado, cidade de origem, valor SUS e valor de complementação.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. A execução do serviço deverá ser realizada na sede do Município, ou em outros municípios em um raio de até 100 km de distância de Araguari-MG, 24 horas por dia, em caráter emergencial, através de pedidos emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde, nas dependências a serem oferecidas pelo contratado, ou eventualmente em local a ser designado pelo contratante.
- 4.1.1 A restrição de distância de 100 km do município é justificada tendo em vista que o objeto desta contratação refere-se à contratação de serviços médico-hospitalares, inclusive procedimentos cirúrgicos, os quais serão prestados também aos pacientes em estado de urgência/emergência encaminhados pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Araguari e pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de modo que o deslocamento desses pacientes por longas distâncias constitui medida contraproducente, podendo até mesmo colocar em risco a vida dos mesmos.
- 4.2. O agendamento, a realização dos exames e ou procedimentos serão de responsabilidade da empresa contratada, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos.



4.3. A empresa contratada será responsável pelo material necessário à prestação dos serviços, incluído nesse caso, todo e qualquer material imprescindível a realização dos procedimentos descritos nas tabelas em anexo.

4.4. A conferência das faturas expedidas ficará sob a responsabilidade da Supervisão Técnica do Serviço de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.

4.5. A contratada deverá apresentar, mensalmente, os seguintes relatórios ao Serviço de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria e adequar-se às seguintes condições:

a) Relatório com as guias de requisição, devidamente autorizadas, com nome do paciente, procedimentos realizados e respectivos valores e deixar à disposição para conferência da Secretaria Municipal de Saúde.

b) A contratada deve permitir o acompanhamento e a fiscalização da contratante ou da comissão designada para tal.

c) A Secretaria Municipal de Saúde realizará avaliação dos serviços prestados pelas empresas contratadas, através de servidores designados.

d) A contratada deverá de imediato, quando solicitado, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

e) As guias de requisição deverão estar autorizadas pela Unidade de Pronto Atendimento, Unidade de Saúde de referência do paciente ou representante ou gestor da Secretaria de Saúde, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas pelo médico, conforme protocolos do Ministério da Saúde.

f) As áreas físicas destinadas à realização dos serviços, bem como, outros procedimentos constantes do Anexo I, serão de responsabilidade da empresa contratada, com a aprovação da contratante.

g) Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

h) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes encaminhados para realização dos serviços.

i) Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas.

4.6. As especificações de exames e procedimentos e as quantidades estimadas podem sofrer alterações com a inclusão ou exclusão de procedimentos conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com a legislação vigente. Qualquer alteração deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

4.7. A contratada deverá disponibilizar às suas expensas todos os materiais, mobiliários e equipamentos necessários para o atendimento do objeto.

4.8. Quaisquer adequações mobiliárias que se fizerem necessárias nos locais disponibilizados para a execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.



4.9. A contratada disponibilizará os recursos humanos devidamente capacitados para a realização dos procedimentos contratados, em número suficiente para atender todas as demandas, devidamente uniformizados e equipados com todos os equipamentos de proteção individual (EPIs), nos casos que se fizerem necessários.

4.10. É obrigatório a disponibilidade de um médico plantonista na área de ortopedia, a fim de atender sempre que solicitado as urgências e emergências.

4.11. A contratada deverá arcar com todos os encargos fixados pelas leis trabalhistas e previdenciárias referentes a seus empregados e técnicos envolvidos na prestação dos serviços, seguir as normas regulamentadoras trabalhistas, bem como arcar com todos os tributos legais inerentes à prestação dos serviços.

4.12. Os novos programas ou novos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Araguari MG no decorrer da contratação e que demandarem atividades de prestação de serviços médicos hospitalares poderão ser incorporados ao contrato, em comum acordo entre contratante e contratada, sendo que seus custos serão classificados como extraordinários e/ou adicionais e repassados integralmente para a contratante e formalizados em Termo Aditivo.

5. DOS SERVIÇOS E SEUS QUANTITATIVOS

5.1. As quantidades previstas neste termo de referência consubstanciam a estimativa máxima de consumo pelo período do contrato, reservando-se ao Município de Araguari/MG, o direito de adquirir o quantitativo de forma parcial ou integral, sendo que os quantitativos estimados estão demonstrados em ANEXO.

6. DA ENTREGA

6.1. A execução dos serviços será por demanda espontânea, mediante apresentação de guia emitida pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSFs), Policlínica ou Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG, em papel timbrado e assinada por responsável previamente identificado, apresentado pelo paciente usuário do SUS diretamente à contratada.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados pela SMS através da Tesouraria do Município de Araguari, até 30 (trinta) dias após a entrega do BPA, Planilha de identificação dos pacientes na forma determinada pelo Serviço de Controle e Avaliação da SMS, concomitantemente com a apresentação das notas fiscais, bem como da conferência e liberação pelo Serviço de Controle e Avaliação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

8.1. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde sendo indicado para esse fim as servidoras Sr^a. Vanessa Barbosa Andrade e Sr^a. Lilianny Gama



Machado ou outro por elas designado. A prestação dos serviços deverá ocorrer após a solicitação ou empenho ou autorização de fornecimento emitida para este fim. E deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Saúde. Caso seja por estes detectado alguma irregularidade nos mesmos, mediante simples declaração de constatação, será de plano rejeitado o seu recebimento, arcando a contratada com todas as despesas de frete, impostos e demais que vierem a incidir.

9.FUNDAMENTAÇÃO

9.1. A presente contratação tem amparo legal na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Art. 199 da Constituição de 1988.

10. DA RESCISÃO

10.1. O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados no artigo 77 e seguintes da Lei Federal Nº 8.666/1993.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido, garantida a prévia defesa, aplicar-se-ão as seguintes sanções, obedecidos os seguintes critérios:

11.1.1. Advertência, que será aplicada sempre por escrito, com prazo de 48 (quarenta e oito horas) para adimplir ou justificar a inexecução parcial ou total do pactuado, sob pena de aplicação das demais penalidades previstas, podendo ser via email, fax ou carta;

11.1.2. Multas, na forma prevista no Edital, sem prejuízo das demais sanções;

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Araguari/MG por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme estabelecido na Lei 10.520;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

11.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

11.2.1. 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, contados a partir do 5º (quinto) dia útil até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor dos produtos/serviço não concretizado;



11.2.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou não cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

11.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir ou não cumprir o contrato;

11.3. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;

11.4. As multas previstas neste item será(ão) descontada(s) do(s) pagamento(s) devido(s) à empresa ou cobrada(s) amigavelmente na esfera administrativa e, quando for o caso, pelas vias judiciais;

11.5. Além das sanções citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, no que couber às demais sanções referidas na seção III do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 (dos crimes e das penas).

11.6. As sanções previstas neste edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

12. FORO:

12.1. Fica eleito o foro desta cidade de Araguari/MG, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.

13. VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O Contrato vigorará pelo prazo de 12 meses a contar da data de assinatura do contrato,

podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante termo aditivo, com eficácia legal a partir da publicação no diário oficial e órgãos de imprensa do Município, e Estados e União, quando for o caso.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser dirigido por escrito ao Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG, no endereço: R: Doutor Afrânio, Nº 168, B: Centro, Araguari/MG; CEP: 38440-072 Telefone: (34) 3690-3214 ou e-mail: licitacaosaude2@gmail.com, até 4 (quatro) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.



14.2. O MUNICÍPIO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;

14.3. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

14.4. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos previstos nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas;

14.5. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o MUNICÍPIO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

14.6. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

14.7. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se o MUNICÍPIO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos;

14.8. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo MUNICÍPIO ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término;

14.9. A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93;

14.10. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratado



serão de exclusiva propriedade do MUNICÍPIO, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

Pregão Presencial, tipo: Menor preço.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da aquisição do objeto pactuado ocorrerão por conta de recurso:

Solicitação	Conta	Fonte de Recurso	Ficha	Dotação
1810	624055-3	149	599	02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.39.00
1815	9.979-1	102	382	02.11.10.122.0002.2131.3.3.90.39.00

Assim, tendo em vista a necessidade e amplitude dos serviços a serem adquiridos como mencionamos acima, pretende-se a contratação através de abertura de procedimento de compra na modalidade adequada.

ARAGUARI-MG, 05 DE JULHO DE 2018.

IARA CRISTINA BORGES

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE SAÚDE



ANEXO I – PROCEDIMENTOS A SEREM PRESTADOS

1. Fraturas, Lesões e Luxações

Código	Procedimento	Valor SIA/SUS	Compl. Lei 4526	Valor Contratado	Qtd	Valor Total SIA/SUS	Valor Total Compl.
03030901 2-0	Tratamento conservador de fratura na cintura escapular (com imobilização)	R\$ 36,59	R\$ 61,41	R\$ 98,00	288	R\$ 10.537,92	R\$ 17.686,08
03030901 4-6	Tratamento conservador de fratura de costelas	R\$ 15,04	R\$ 82,96	R\$ 98,00	12	R\$ 180,48	R\$ 995,52
03030901 5-4	Tratamento conservador de fratura de punho com luva gessada	R\$ 40,68	R\$ 57,32	R\$ 98,00	420	R\$ 17.085,60	R\$ 24.074,40
03030901 6-2	Tratamento conservador de fratura de osso metacárpico	R\$ 17,85	R\$ 80,15	R\$ 98,00	372	R\$ 6.640,20	R\$ 29.815,80
03030901 8-9	Tratamento conservador de fratura do esterno	R\$ 15,98	R\$ 82,02	R\$ 98,00	24	R\$ 383,52	R\$ 1.968,48
03030902 0-0	Tratamento conservador de fratura em membro inferior com imobilização	R\$ 41,93	R\$ 56,07	R\$ 98,00	840	R\$ 35.221,20	R\$ 47.098,80
03030902 1-9	Tratamento conservador de lesão da coluna cervical com imobilização	R\$ 47,58	R\$ 50,42	R\$ 98,00	24	R\$ 1.141,92	R\$ 1.210,08
03030902 2-7	Tratamento conservador de fratura em membro superior com imobilização	R\$ 41,63	R\$ 56,37	R\$ 98,00	240	R\$ 9.991,20	R\$ 13.528,80
03030902 5-1	Tratamento conservador de lesão de coluna toraco-lombo-sacra com imobilização	R\$ 47,58	R\$ 50,42	R\$ 98,00	24	R\$ 1.141,92	R\$ 1.210,08
03030902 6-0	Tratamento conservador de lesão de mecanismo extensor dos dedos	R\$ 17,85	R\$ 80,15	R\$ 98,00	100	R\$ 1.785,00	R\$ 8.015,00
03030902 8-6	Tratamento conservador de lesão ligamentar em membro com imobilização	R\$ 35,20	R\$ 62,80	R\$ 98,00	150	R\$ 5.280,00	R\$ 9.420,00
04080101 2-6	Redução incruenta de fratura e fratura-luxação ao nível da cintura escapular	R\$ 44,28	R\$ 53,72	R\$ 98,00	120	R\$ 5.313,60	R\$ 6.446,40
04080101 3-4	Redução incruenta de luxação ou fratura / luxação escápulo-umeral	R\$ 41,10	R\$ 56,90	R\$ 98,00	120	R\$ 4.932,00	R\$ 6.828,00
04080201 5-6	Redução incruenta de fratura / lesão fisaria de cotovelo	R\$ 0,00	R\$ 98,00	R\$ 98,00	24	R\$ 0,00	R\$ 2.352,00
04080201 6-4	Redução incruenta de fratura / lesão fisaria do extremo proximal do úmero	R\$ 41,10	R\$ 56,90	R\$ 98,00	120	R\$ 4.932,00	R\$ 6.828,00
04080201 7-2	Redução incruenta de fratura / lesão fisaria no punho	R\$ 38,74	R\$ 59,26	R\$ 98,00	120	R\$ 4.648,80	R\$ 7.111,20
04080201 8-0	Redução incruenta de fratura / luxação de monteggia ou de galeazzi	R\$ 37,50	R\$ 60,50	R\$ 98,00	12	R\$ 450,00	R\$ 726,00
04080201	Redução incruenta de	R\$ 37,88	R\$	R\$ 98,00	240	R\$	R\$ 14.428,80



9-9	fratura da diáfise do úmero		60,12			9.091,20	
04080202 0-2	Redução incruenta de fratura diafisaria dos ossos do antebraço	R\$ 37,88	R\$ 60,12	R\$ 98,00	240	R\$ 9.091,20	R\$ 14.428,80
04080202 1-0	Redução incruenta de fratura dos metacarpianos	R\$ 0,00	R\$ 98,00	R\$ 98,00	12	R\$ 0,00	R\$ 1.176,00
04080202 2-9	Redução incruenta de luxação / fratura-luxação do cotovelo	R\$ 37,50	R\$ 60,50	R\$ 98,00	40	R\$ 1.500,00	R\$ 2.420,00
04080202 4-5	Redução incruenta de luxação ou fratura / luxação punho	R\$38,74	R\$ 59,26	R\$ 98,00	420	R\$ 16.270,80	R\$ 24.889,20
04080501 9-5	Redução incruenta da luxação / fratura-luxação metatarso-falangiana	R\$ 35,20	R\$ 62,80	R\$ 98,00	420	R\$ 14.784,00	R\$ 26.376,00
04080502 0-9	Redução incruenta de fratura / lesão fisaria dos metatarsiano	R\$ 35,20	R\$ 62,80	R\$ 98,00	360	R\$ 12.672,00	R\$ 22.608,00
04080502 1-7	Redução incruenta de fratura / luxação / fratura-luxação do tornozelo	R\$ 35,20	R\$ 62,80	R\$ 98,00	60	R\$ 2.112,00	R\$ 3.768,00
04080502 2-5	Redução incruenta de fratura diafisaria / lesão fisaria distal da tíbia c/ ou s/ fratura	R\$ 44,69	R\$ 53,31	R\$ 98,00	360	R\$ 16.088,40	R\$ 19.191,60
04080502 4-1	Redução incruenta de fratura dos ossos do tarso	R\$ 35,20	R\$ 62,80	R\$ 98,00	360	R\$ 12.672,00	R\$ 22.608,00
04080502 5-0	Redução incruenta de fratura ou lesão fisaria do joelho	R\$ 44,69	R\$ 53,31	R\$ 98,00	360	R\$ 16.088,40	R\$ 19.191,60
04080502 6-8	Redução incruenta de luxação / fratura-luxação do joelho	R\$ 42,59	R\$ 55,41	R\$ 98,00	360	R\$ 15.332,40	R\$ 19.947,60
04080502 7-6	Redução incruenta de luxação femuro-patelar	R\$ 41,84	R\$ 56,16	R\$ 98,00	120	R\$ 5.020,80	R\$ 6.739,20
04080502 8-4	Redução incruenta de luxação ou fratura / luxação subtalar e intratarsica	R\$ 35,20	R\$ 62,80	R\$ 98,00	120	R\$ 4.224,00	R\$ 7.536,00
04080502 9-2	Redução incruenta de luxação ou fratura / luxação tarso-metatarsica	R\$ 35,20	R\$ 62,80	R\$ 98,00	120	R\$ 4.224,00	R\$ 7.536,00
TOTAL						R\$ 248.836,56	R\$ 398.159,44

Notas: para o tratamento de uma fratura pode ser necessária a realização de dois ou mais procedimentos, por exemplo, Redução incruenta de fratura diafisaria dos ossos do antebraço (04080202-2) e Tratamento conservador de fratura em membro superior com imobilização (030309022-7), apesar disso o valor a ser pago será o correspondente ao tratamento de uma fratura (R\$98,00), sendo: R\$37,88 referente ao procedimento 04080202-2; R\$41,63 referente ao procedimento 030309022-7; e R\$18,49 de complementação até o valor limite de R\$98,00 para o tratamento de 1 fratura.



2. Troca de Gesso e Imobilização

Código	Procedimento	Valor SIA/SUS	Compl. Lei 4526	Valor Contratado	Qtde	Valor Total SIA/SUS	Valor Total Compl.
030309007-3	Revisão com troca de aparelho gessado em membro inferior	R\$ 25,31	R\$ 2,69	R\$ 28,00	3600	R\$ 91.116,00	R\$ 9.684,00
030309008-1	Revisão com imobilização não gessada em lesão da coluna vertebral	R\$ 11,00	R\$ 0,00	R\$ 11,00	120	R\$ 1.320,00	R\$ 0,00
030309009-0	Revisão com troca de aparelho gessado em membro superior	R\$ 22,21	R\$ 5,79	R\$ 28,00	3600	R\$ 79.956,00	R\$ 20.844,00
030309011-1	Revisão com troca de aparelho gessado em lesão da coluna vertebral	R\$ 27,32	R\$ 0,68	R\$ 28,00	120	R\$ 3.278,40	R\$ 81,60
040806040-9	Retirada de tração trans-esquelética	R\$ 28,42	R\$ 0,00	R\$ 28,42	120	R\$ 3.410,40	R\$ 0,00
TOTAL						R\$ 179.080,80	R\$ 30.609,60

3. Suturas

Código	Procedimento	Valor SIA/SUS	Compl. Lei 4526	Valor Contratado	Qtde	Valor Total SIA/SUS	Valor Total Compl.
040806045-0	Tenomiiorrafia	R\$ 28,42	R\$ 69,58	R\$ 98,00	60	R\$ 1.705,20	R\$ 4.174,80
040101005-8	Excisão de lesão e/ou sutura de ferimento da pele anexos e mucosa	R\$ 23,16	R\$ 74,84	R\$ 98,00	120	R\$ 2.779,20	R\$ 8.980,80
TOTAL						R\$ 4.484,40	R\$ 13.155,60

4. Raio x com laudo

Código	Procedimento	Valor SIA/SUS	Qtde	Valor Total SIA/SUS
020402009-3	Radiografia de coluna torácica (AP + Lateral)	R\$ 9,16	220	R\$ 2.015,20
020402012-3	Radiografia de região sacrococcigea	R\$ 7,80	220	R\$ 1.716,00
020404002-7	Radiografia de articulação acrômio-clavicular	R\$ 7,40	140	R\$ 1.036,00
020404003-5	Radiografia de articulação escapulo-umeral	R\$ 7,40	140	R\$ 1.036,00
020404004-3	Radiografia de articulação esterno-clavicular	R\$ 7,40	140	R\$ 1.036,00
020404005-1	Radiografia de braço	R\$ 7,77	140	R\$ 1.087,80
020403009-9	Radiografia de esterno	R\$ 7,98	220	R\$ 1.755,60
020404011-6	Radiografia de escapula / ombro (três posições)	R\$ 7,98	600	R\$ 4.788,00
020404001-9	Radiografia de antebraço	R\$ 6,42	500	R\$ 3.210,00
020404007-8	Radiografia de cotovelo	R\$ 5,90	180	R\$ 1.062,00
020404009-4	Radiografia de mão	R\$ 6,30	600	R\$ 3.780,00
020404012-4	Radiografia de punho (AP + Lateral + Obliqua)	R\$ 6,91	700	R\$ 4.837,00
020406006-0	Radiografia de articulação coxofemoral	R\$ 7,77	140	R\$ 1.087,80
020406007-9	Radiografia de articulação sacro-iliaca	R\$ 7,77	200	R\$ 1.554,00
020406009-5	Radiografia de bacia	R\$ 7,77	184	R\$ 1.429,68
020406011-7	Radiografia de coxa	R\$ 8,94	80	R\$ 715,20
020406016-8	Radiografia de perna	R\$ 8,94	340	R\$ 3.039,60
020406010-9	Radiografia de calcâneo	R\$ 6,50	700	R\$ 4.550,00
020406012-5	Radiografia de joelho (AP + Lateral)	R\$ 6,78	350	R\$ 2.373,00
020406013-3	Radiografia de joelho ou patela (AP + Lateral + Axial)	R\$ 7,16	350	R\$ 2.506,00
020406015-0	Radiografia de pé / dedos do pé	R\$ 6,78	200	R\$ 1.356,00



020403015-3	Radiografia de tórax (PA e Perfil)	R\$ 9,50	600	R\$ 5.700,00
020404006-0	Radiografia de clavícula	R\$ 7,40	160	R\$ 1.184,00
020403007-2	Radiografia de costelas (por hemitórax)	R\$ 8,37	240	R\$ 2.008,80
020401008-0	Radiografia de crânio (PA + Lateral)	R\$ 7,52	240	R\$ 1.804,80
020401012-8	Radiografia de ossos da face (MN + Lateral + Hirtz)	R\$ 8,38	240	R\$ 2.011,20
020401014-4	Radiografia de seios da face (FN + MN + Lateral + Hirtz)	R\$ 7,32	240	R\$ 1.756,80
020402004-2	Radiografia de coluna cervical (AP + Lateral + TO/Flexão)	R\$ 8,19	240	R\$ 1.965,60
TOTAL				R\$ 62.402,08

5. Outros Procedimentos

Código	Procedimento	Valor SIA/SUS	Compl. Lei 4526	Valor Contratado	Qtd	Valor Total SIA/SUS	Valor Total Compl.
030101004-8	Consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico)	R\$ 6,30	R\$ 0,00	R\$ 6,30	8.400	R\$ 52.920,00	R\$ 0,00
030101007-2	Consulta médica em atenção especializada	R\$ 10,00	R\$ 0,00	R\$ 10,00	8.400	R\$ 84.000,00	R\$ 0,00
040101001-5	Curativo Grau II c/ ou sem debridamento	R\$ 32,40	R\$ 16,60	R\$ 49,00	1.117	R\$ 36.190,80	R\$ 18.542,20
041701005-2	Anestesia Regional	R\$ 22,27	R\$ 26,73	R\$ 49,00	48	R\$ 1.068,96	R\$ 1.283,04
TOTAL						R\$ 174.179,76	R\$ 19.825,24

6. Encaminhamentos Cirúrgicos

Procedimento	Qtd	Compl. Lei 4526	Valor Total Compl.
Internação cirúrgica	1.200	R\$ 140,00	R\$ 168.000,00

7. Anestesia cirúrgicas

Procedimento	Qtd	Compl. Lei 4526	Valor Total
Anestesia cirúrgica eletiva	240	R\$ 49,00	R\$11.760,00
Anestesia clínica cirurgias urgência/emergência	600	R\$ 49,00	R\$29.400,00
Anestesias para tomografia	120	R\$ 49,00	R\$ 5.880,00
Anestesias para ressonância	120	R\$ 49,00	R\$ 5.880,00
Anestesias ambulatoriais	120	R\$ 49,00	R\$ 5.880,00
TOTAL			R\$ 58.800,00

IARA CRISTINA BORGES
SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE SAÚDE

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL N.º 083/2018** Processo n.º.:149/2018

DADOS DA EMPRESA PARTICIPANTE						
Local e Data:						
Razão Social:						
CNPJ/MF:						
Referência Bancária para pagamento:		Conta:		Agência:	Banco:	
Endereço completo:						
Telefone/Fax:						
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA EFETIVAÇÃO/ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU OUTRO HÁBIL, CASO A ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO SEJA FAVORÁVEL A ESTA EMPRESA						
REPRESENTANTE LEGAL		Nome				
		Cargo/Função				
		Endereço				
RG			CPF			
EMAIL PARA ENVIO DO CONTRATO				TEL.		

ITENS 31, 67 E 109 (COTA PRINCIPAL) - ITEM ABERTO PARA A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS;

ITEM 115, 116 E 117 (COTA RESERVADA) - ABERTO PARA A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEIS, QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS, SEM PREJUÍZO DE SUA PARTICIPAÇÃO NOS ITENS DA COTA PRINCIPAL.

ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113 E 114(ITENS EXCLUSIVOS) - ITENS ATÉ R\$ 80.000,00, DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DAS MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI, SEM PREJUÍZO DA SUA PARTICIPAÇÃO NA COTA PRINCIPAL E NA COTA RESERVADA.

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO)	288,00	SV		
2	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE COSTELAS.	12,00	SV		
3	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE PUNHO COM LUVA GESSADA.	420,00	SV		
4	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE OSSO METACÁRPICO.	372,00	SV		
5	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DO ESTERNO.	24,00	SV		



6	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO INFERIOR COM IMOBILIZAÇÃO.	840,00	SV		
7	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO DA COLUNA CERVICAL COM IMOBILIZAÇÃO.	24,00	SV		
8	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO SUPERIOR COM IMOBILIZAÇÃO.	240,00	SV		
9	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO DE COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA COM IMOBILIZAÇÃO.	24,00	SV		
10	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO DE MECANISMO EXTENSOR DOS DEDOS.	100,00	SV		
11	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO LIGAMENTAR EM MEMBRO COM IMOBILIZAÇÃO.	150,00	SV		
12	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR.	120,00	SV		
13	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL.	120,00	SV		
14	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO ÚMERO.	120,00	SV		
15	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA NO PUNHO.	120,00	SV		
16	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LUXAÇÃO DE MONTEGGIA OU DE GALEAZZI.	12,00	SV		
17	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO.	240,00	SV		
18	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO.	240,00	SV		
19	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO.	40,00	SV		
20	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO PUNHO.	420,00	SV		
21	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DA LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO METATARSO-FALANGIANA.	420,00	SV		
22	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DOS METATARSIANO.	360,00	SV		
23	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO.	60,00	SV		
24	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESÃO FISARIA DISTAL DA TÍBIA C/ OU S/ FRATURA.	360,00	SV		
25	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE	360,00	SV		



	FRATURA DOS OSSOS DO TARSO.				
26	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA OU LESÃO FISARIA DO JOELHO.	360,00	SV		
27	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO JOELHO.	360,00	SV		
28	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO FEMURO-PATELAR.	120,00	SV		
29	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO SUBTALAR E INTRATARSICA.	120,00	SV		
30	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO TARSO-METATARSICA.	120,00	SV		
31	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO INFERIOR.	2700,00	SV		
32	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM IMOBILIZAÇÃO NÃO GESSADA EM LESÃO DA COLUNA VERTEBRAL.	120,00	SV		
33	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR.	3600,00	SV		
34	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM LESÃO DA COLUNA VERTEBRAL.	120,00	SV		
35	PROCEDIMENTO -RETIRADA DE TRAÇÃO TRANS-ESQUELÉTICA.	120,00	SV		
36	PROCEDIMENTO -TENOMIORRAFIA.	60,00	SV		
37	PROCEDIMENTO -EXCISÃO DE LESÃO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA.	120,00	SV		
38	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA (AP + LATERAL).	220,00	SV		
39	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACROCOCCÍGEA.	220,00	SV		
40	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO-CLAVICULAR.	140,00	SV		
41	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCAPULO-UMERAL.	140,00	SV		
42	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO-CLAVICULAR.	140,00	SV		
43	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE BRAÇO.	140,00	SV		
44	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE ESTERNO.	220,00	SV		
45	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO (TRÊS POSIÇÕES).	600,00	SV		
46	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO.	500,00	SV		
47	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE COTOVELO.	180,00	SV		
48	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE MÃO.	600,00	SV		
49	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA).	700,00	SV		
50	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXOFEMORAL.	140,00	SV		
51	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE	200,00	SV		



	ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA.				
52	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE BACIA.	184,00	SV		
53	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE COXA.	80,00	SV		
54	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE PERNA.	340,00	SV		
55	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO.	700,00	SV		
56	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL).	350,00	SV		
57	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL).	350,00	SV		
58	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE PÉ / DEDOS DO PÉ.	200,00	SV		
59	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA E PERFIL).	600,00	SV		
60	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA.	160,00	SV		
61	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITÓRAX).	240,00	SV		
62	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA + LATERAL).	240,00	SV		
63	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ).	240,00	SV		
64	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ).	240,00	SV		
65	PROCEDIMENTO -RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO/FLEXÃO).	240,00	SV		
66	PROCEDIMENTO -CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO).	8400,00	SV		
67	PROCEDIMENTO -CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA.	6300,00	SV		
68	PROCEDIMENTO -CURATIVO GRAU II C/ OU SEM DEBRIDAMENTO.	1117,00	SV		
69	PROCEDIMENTO -ANESTESIA REGIONAL.	48,00	SV		
70	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO - EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO).	288,00	SV		
71	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE COSTELAS - EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	12,00	SV		
72	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE PUNHO COM LUVA GESSADA - EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	420,00	SV		
73	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE OSSO METACÁRPICO - EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	372,00	SV		
74	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DO ESTERNO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	24,00	SV		
75	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO INFERIOR COM IMOBILIZAÇÃO- EM CARÁTER	840,00	SV		



	DE COMPLEMENTAÇÃO.				
76	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO DA COLUNA CERVICAL COM IMOBILIZAÇÃO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	24,00	SV		
77	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO SUPERIOR COM IMOBILIZAÇÃO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	240,00	SV		
78	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO DE COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA COM IMOBILIZAÇÃO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	24,00	SV		
79	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO DE MECANISMO EXTENSOR DOS DEDOS- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	100,00	SV		
80	PROCEDIMENTO -TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESÃO LIGAMENTAR EM MEMBRO COM IMOBILIZAÇÃO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	150,00	SV		
81	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
82	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
83	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DE COTOVELO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	24,00	SV		
84	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO ÚMERO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
85	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA NO PUNHO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
86	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LUXAÇÃO DE MONTEGGIA OU DE GALEAZZI- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	12,00	SV		
87	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	240,00	SV		
88	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	240,00	SV		
89	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DOS METACARPÍANOS- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	12,00	SV		
90	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO	40,00	SV		



	COTOVELO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.				
91	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO PUNHO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	420,00	SV		
92	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DA LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO METATARSO-FALANGIANA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	420,00	SV		
93	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DOS METATARSIANO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	360,00	SV		
94	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	60,00	SV		
95	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESÃO FISARIA DISTAL DA TÍBIA C/ OU S/ FRATURA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	360,00	SV		
96	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DOS OSSOS DO TARSO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	360,00	SV		
97	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA OU LESÃO FISARIA DO JOELHO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	360,00	SV		
98	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DO JOELHO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	360,00	SV		
99	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO FEMURO-PATELAR- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
100	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO SUBTALAR E INTRATARSICA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
101	PROCEDIMENTO -REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA / LUXAÇÃO TARSO- METATARSICA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
102	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO INFERIOR- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	3600,00	SV		
103	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	3600,00	SV		
104	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM LESÃO DA COLUNA VERTEBRAL- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
105	PROCEDIMENTO -TENOMIORRAFIA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	60,00	SV		
106	PROCEDIMENTO -EXCISÃO DE LESÃO E/OU	120,00	SV		



	SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.				
107	PROCEDIMENTO -CURATIVO GRAU II C/ OU SEM DEBRIDAMENTO- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	1117,00	SV		
108	PROCEDIMENTO -ANESTESIA REGIONAL- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	48,00	SV		
109	PROCEDIMENTO -ENCAMINHAMENTO CIRÚRGICO (INTERNAÇÃO CIRÚRGICA)- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	900,00	SV		
110	PROCEDIMENTO -ANESTESIA CIRÚRGICA ELETIVA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	240,00	SV		
111	PROCEDIMENTO -ANESTESIA CLÍNICA CIRURGIAS URGÊNCIA/EMERGÊNCIA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	600,00	SV		
112	PROCEDIMENTO -ANESTESIAS PARA TOMOGRAFIA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
113	PROCEDIMENTO -ANESTESIAS PARA RESSONÂNCIA- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
114	PROCEDIMENTO -ANESTESIAS AMBULATORIAIS- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	120,00	SV		
115	PROCEDIMENTO -REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO INFERIOR.	900,00	SV		
116	PROCEDIMENTO -CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA.	2100,00	SV		
117	PROCEDIMENTO -ENCAMINHAMENTO CIRÚRGICO (INTERNAÇÃO CIRÚRGICA)- EM CARÁTER DE COMPLEMENTAÇÃO.	300,00	SV		
TOTAL DA PROPOSTA EM R\$					

Declaramos que,

1) nos preços indicados em nossa proposta estão computados todas as despesas de transporte, os tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.

2) O prazo de validade de nossa proposta e de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura da licitação.

3) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado, indicando para esse fim o Sr. _____, carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (profissão), _____ (função na empresa), residente a Rua, Avenida _____ nº _____, em _____ (Cidade), como responsável desta empresa.



4) Caso consagremos vencedores nesta licitação, o pagamento do preço dos itens a ser retirados do Contrato, de acordo com nossa proposta financeira, será creditado em nossa conta _____ (corrente/poupança) de nº _____, Agência nº _____, do Banco _____, na forma como definido na Resolução do Banco Central nº 2.882, de 30/08/2001.

5) Prazos de entrega total dos objetos da licitação será até 31/12/2018, contados a partir da assinatura do Contrato.

6) Prazo de pagamento será até no máximo 30 (trinta) dias após a cada entrega, mediante a apresentação da nota fiscal, empenho e liberação por quem de direito.

7) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no pregão e seus anexos.

Araguari/MG, de _____ de 2018.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Proponente



ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL N.º. 083/2018** Processo n.º: **149/2018**

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo do Estado de Minas Gerais (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão n.º (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA(S).



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME/EPP/MEI

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL N.º. 083/2018** Processo n.º. **149/2018**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º. _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____, portador do Documento de Identidade n.º. _____, inscrito no CPF sob o n.º. _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: micro empresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º. 123/2006 e que não está sujeita a qualquer dos impedimentos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada Lei.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º. 8.666/93.

Obs: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e data.

Assinatura do representante legal.



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL N.º:083/2018**

Processo n.º: **149/2018**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES EM VALORES CONSTANTES NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS, COMPLEMENTADOS PELOS VALORES CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL N° 4526/2009, QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE ARAGUARI E XXXXXXXXXXXXXXXX.**

O Município de Araguari, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Gaioso Neves, n.º. 129, bairro Goiás, Cep: 38.440.001, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o N.º. 16.829.640/0001-49, neste ato representado através do Decreto 107/2013, alterado pelo decreto 034/2018, pelo **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sra.**

, portador do documento de identidade Registro Geral (RG) n.º. , inscrito no CPF-MF sob o n.º. , residente e domiciliado na cidade de , doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE - CREDENCIANTE** e, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxn.º.xxxxxx, bairro xxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxx/xxx, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que para efeitos do presente, recebe a denominação de **CONTRATADA - CREDENCIADA**, sendo neste ato representado por seu Sócio-Proprietário – **Sr. xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx**, residente e domiciliado em xxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o n.º.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão), na Lei Municipal n.º 3.794/2002, nos Decretos Municipais n.º 054/2002, aplicando subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Lei Complementar Federal n.º 147/2014, a Lei Municipal Geral MPE n.º 4.697/2010, alterada pela Lei Municipal n.º 5.680/2018 e o Decreto Municipal n.º 107/2013, com as alterações conferidas pelo Decreto Municipal n.º 34/2018, que rege o presente, e em obediência ao processo licitatório modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n° 083/2018**, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos, e as demais



disposições legais e regulamentais aplicáveis à espécie, **RESOLVEM**, celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES EM VALORES CONSTANTES NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS, COMPLEMENTADOS PELOS VALORES CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL Nº 4526/2009**, devendo estar incluso no preço da proposta todo o material a ser utilizado bem como a mão de obra empregada, mediante Contrato, conforme especificações constantes neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

O presente Contrato está vinculado à Licitação PREGÃO PRESENCIAL n.º 083/2018, homologado em/...../.....

CLÁUSULA TERCEIRA

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I. A execução do serviço deverá ser realizada na sede do Município, ou em outros municípios em um raio de até 100 km de distância de Araguari-MG, 24 horas por dia, em caráter emergencial, através de pedidos emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde, nas dependências a serem oferecidas pelo contratado, ou eventualmente em local a ser designado pelo contratante.

II. A restrição de distância de 100 km do município é justificada tendo em vista que o objeto desta contratação refere-se à contratação de serviços médico-hospitalares, inclusive procedimentos cirúrgicos, os quais serão prestados também aos pacientes em estado de urgência/emergência encaminhados pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Araguari e pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de modo que o deslocamento desses pacientes por longas distâncias constitui medida contraproducente, podendo até mesmo colocar em risco a vida dos mesmos.

III. O agendamento, a realização dos exames e ou procedimentos serão de responsabilidade da empresa contratada, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos.



IV. A empresa contratada será responsável pelo material necessário à prestação dos serviços, incluído nesse caso, todo e qualquer material imprescindível a realização dos procedimentos descritos nas tabelas em anexo.

V. A conferência das faturas expedidas ficará sob a responsabilidade da Supervisão Técnica do Serviço de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.

VI. A contratada deverá apresentar, mensalmente, os seguintes relatórios ao Serviço de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria e adequar-se às seguintes condições:

a) Relatório com as guias de requisição, devidamente autorizadas, com nome do paciente, procedimentos realizados e respectivos valores e deixar à disposição para conferência da Secretaria Municipal de Saúde.

b) A contratada deve permitir o acompanhamento e a fiscalização da contratante ou da comissão designada para tal.

c) A Secretaria Municipal de Saúde realizará avaliação dos serviços prestados pelas empresas contratadas, através de servidores designados.

d) A contratada deverá de imediato, quando solicitado, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

e) As guias de requisição deverão estar autorizadas pela Unidade de Pronto Atendimento, Unidade de Saúde de referência do paciente ou representante ou gestor da Secretaria de Saúde, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas pelo médico, conforme protocolos do Ministério da Saúde.

f) As áreas físicas destinadas à realização dos serviços, bem como, outros procedimentos constantes do Anexo I, serão de responsabilidade da empresa contratada, com a aprovação da contratante.

g) Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

h) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes encaminhados para realização dos serviços.

i) Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas.

VII. As especificações de exames e procedimentos e as quantidades estimadas podem sofrer alterações com a inclusão ou exclusão de procedimentos conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com a legislação vigente. Qualquer alteração deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

VIII. A contratada deverá disponibilizar às suas expensas todos os materiais, mobiliários e equipamentos necessários para o atendimento do objeto.

IX. Quaisquer adequações mobiliárias que se fizerem necessárias nos locais disponibilizados para a execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.



X. A contratada disponibilizará os recursos humanos devidamente capacitados para a realização dos procedimentos contratados, em número suficiente para atender todas as demandas, devidamente uniformizados e equipados com todos os equipamentos de proteção individual (EPIs), nos casos que se fizerem necessários.

XI. É obrigatório a disponibilidade de um médico plantonista na área de ortopedia, a fim de atender sempre que solicitado as urgências e emergências.

XII. A contratada deverá arcar com todos os encargos fixados pelas leis trabalhistas e previdenciárias referentes a seus empregados e técnicos envolvidos na prestação dos serviços, seguir as normas regulamentadoras trabalhistas, bem como arcar com todos os tributos legais inerentes à prestação dos serviços.

XIII. Os novos programas ou novos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Araguari MG no decorrer da contratação e que demandem atividades de prestação de serviços médicos hospitalares poderão ser incorporados ao contrato, em comum acordo entre contratante e contratada, sendo que seus custos serão classificados como extraordinários e/ou adicionais e repassados integralmente para a contratante e formalizados em Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO

O valor a ser pago pela CONTRATANTE, relativo aos produtos/serviços a serem fornecidos/executados, será de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme especificações abaixo:

O valor definido nesta cláusula inclui todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo da vigilância noturna, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços, objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA

DOS PRAZOS

I - O Contrato terá sua vigência de até 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante termo aditivo, com eficácia legal a partir da publicação no diário oficial e órgãos de imprensa do Município, e Estados e União, quando for o caso.

II - O prazo da presente contratação será até 12(doze) meses, sendo que os empenhos emitidos deverão conter a anuência do Sr. Secretário Municipal



de Fazenda conforme o Art 2º inciso III do Decreto Municipal nº 107/2013.

CLÁUSULA SEXTA

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Araguari, ao Contratado, em até no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, Empenho e liberação por quem de direito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A(s) Nota(s) Fiscal(is) ou Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) deverá(ão) ser enviada(s) mensalmente para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI-MG**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer produto, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrá(ão) por conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Solicitação	Conta	Fonte de Recurso	Ficha	Dotação
1810	624055-3	149	599	02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.39.00
1815	9.979-1	102	382	02.11.10.122.0002.2131.3.3.90.39.00

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO

Os preços dos produtos objeto do presente certame serão fixos e irrealizáveis, por 12 (doze) meses.



CLÁUSULA NONA

CESSÕES E/OU SUBCONTRATAÇÕES

8.1 - É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos produtos licitados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

DA CONTRATANTE

- I.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- II.** Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios a serem definidos no edital;
- III.** Notificar a CONTRATADA, afixando o prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados e por não cumprir os prazos de entrega estabelecidos em edital;
- IV.** Informar por escrito, à Contratada do uso de materiais, necessidade de fornecimento imediato, bem como a necessidade de recolhimento e etc;
- V.** Dar aceite na Nota Fiscal de fornecimento;
- VI.** Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- VII.** Receber o produto/serviço objeto do contrato, nos termos, prazos, condições e especificações estabelecidas no instrumento contratual;
- VIII.** Designar servidor responsável para fiscalização e acompanhamento do contrato;
- IX.** Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos;
- X.** Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, o fornecimento de bens/serviços que estejam em desacordo com o firmado, podendo exigir, a qualquer tempo, a substituição dos que julgar insuficientes ou inadequados;
- XI.** Aplicar à contratada as penalidades depois de constatadas às irregularidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- XII.** Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- XIII.** Notificar a contratada, por escrito, seja via email, fax ou carta, sobre imperfeições, falhas, entregas incompletas ou irregularidades constatadas na



execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

XIV. Não obtido êxito nas notificações citadas acima, entregar notificação por escrito ao fornecedor/prestador de serviço, dando prazo de 72 horas para resolução do problema, não sendo solucionado entregar mais uma notificação com prazo de 48 horas e após, não sanada as pendências aplicar as medidas cabíveis e previstas no contrato.

DA CONTRATADA

I. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento e de outras decorrentes da natureza dos fornecimentos a serem prestados;

II. Manter, durante a execução do objeto deste Edital, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com o Serviço Público, de conformidade com a Lei Federal nº 8666/93 e Lei Federal 10.520/02;

III. Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente Instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;

IV. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas (custas), no total ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

VI. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;

VII. Responsabilizar-se pelos encargos do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os tributos, taxas, impostos, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo, bem como apresentar os respectivos comprovantes, sempre que solicitados pela contratante;

VIII. Fornecer os produtos observando o critério de qualidade e em perfeitas condições de uso e em quantidade específica de cada pedido, em perfeito estado de conservação e funcionamento, respeitando todas as normas vigentes de comercialização, acondicionamento e transporte dos mesmos;

IX. Providenciar imediatamente correção das deficiências apontadas pela Contratante durante a execução do contrato;

X. Cumprir todos os prazos de fornecimento;

XI. A CONTRATADA deverá atender as demais exigências prevista no Termo de Referência ANEXO ao edital;



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS PENALIDADES

I - Pela inexecução parcial ou total do Contrato, a Administração poderá aplicar, sempre por escrito, garantida a prévia defesa, a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, as seguintes sanções previstas nos termos do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93:

a) advertência, que será realizada por escrito;

b) multa, nos seguintes percentuais;

- 0,2% (dois décimos por cento), aplicado sobre o valor do Contrato, por hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, limitado ao valor máximo de 5%(cinco por cento) para cada solicitação realizada;

- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia, de atraso, e no caso de não realização do serviço;

- 20% (vinte por cento), sobre o valor do Contrato no caso de não realização dos respectivos serviços após o trigésimo dia de atraso, e nos casos de descumprimento das demais obrigações contratadas;

- 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato não realizado, e o conseqüente cancelamento da Nota de Empenho, no caso de desistência de realizar os serviços;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos e decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

II - O recolhimento da multa prevista na alínea “b” do subitem anterior deverá ser feito por meio de guia própria, à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, nos termos do item I.

III - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

IV - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei federal n.º. 8.666/93 e legislação correlata, as penalidades de suspensão temporária e de impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos.

V - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos produtos for devidamente justificado



pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

VI - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa da Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79, da Lei n.º. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da citada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, reduzido a termo no respectivo processo da licitação;

PARÁGRAFO ÚNICO

No caso da rescisão unilateral, a CONTRATANTE não indenizará à CONTRATADA, salvo pelos fornecimentos já efetuados, até o momento da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º. 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do Contrato ficará a cargo do servidor **Sr. Dermeval Martins Borges Junior ou outro servidor designado por este**, a fiscalização e recebimento das mercadorias e/ou serviços ficará a cargo da servidora **Sra. Vanessa Barbosa Andrade e Sra. Lilianny Gama Machado** – ou qualquer outro por elas delegado, sem restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

I - O MUNICÍPIO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

II - O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas;

III. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o MUNICÍPIO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

IV. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

V. A **CONTRATADA** SE OBRIGA A CUMPRIR RIGOROSAMENTE TODOS OS PRAZOS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO A PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO, SE OBRIGA AINDA **A ENTREGAR OS PRODUTOS/MATERIAIS/SERVIÇOS APRESENTADOS NA PROPOSTA E POSTERIORMENTE FORNECIDOS/EXECUTADOS EM PLENA CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA - MEMORIAL DESCRITIVO) DO EDITAL, ficando desde já, ciente da aplicação das penalidades descritas no instrumento convocatório e legislação vigente por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA** no caso de descumprimento integral ou parcial do objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato será publicado no Correio Oficial do Município, as expensas do Contratante.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Araguari/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios, decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Araguari, ____ de _____ de 2018

**MUNICÍPIO DE ARAGUARI
CONTRATANTE**

**(Nome do representante legal da empresa)
(NOME DA EMPRESA)
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF/MF: _____
NOME: _____ CPF/MF: _____